

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 17 de junho de 2024 - Ata n.º 53.

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **53.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estamos com problema no nosso sistema de som. Vamos improvisar, aqui, enquanto a solução acontece. “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^A 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 52.ª Sessão Ordinária, de 11 de junho de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Tercilio Turini se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – MDB): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 392/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 122/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.007; **Ofício n.º 416/2024** do Governador do Estado Carlos Massa ratinho Júnior, solicitando autorização para se ausentar do País no período de 26/6 a 16/7/2024. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a visita na Casa das alunas do Projeto Social Arte e Expressão, de Colombo, acompanhadas pela Presidente do Projeto Social, Sr.^a Grasielle da Silva, da Secretária Estéfani Morena e das monitoras Lucimari, Jocelia, Josiane, Solange, Rosenilde, Daniela, Silvana, Neila, Jucineia e Elisiane. Sejam bem-vindas à nossa Casa. O Grande Expediente de hoje, por proposição do Deputado Fabio Oliveira, será destinado para homenagearmos os 90 Anos do Crea-PR – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, com a presença do Engenheiro Agrônomo, Sr. Clodomir Luiz Ascari, Presidente da entidade. Registro, anuncio e agradeço a presença das seguintes personalidades: Sr. Clodomir Luiz Ascari, Presidente do Crea; Sr.^a Margolaine Giacchini, Vice-Presidente do Crea; dos Ex-Presidentes Armando Strambi, Rubens Curi, Orlando Maciel Strobel, Gilberto Martins, Luiz Antonio Rossafa, Ricardo Rocha de Oliveira, Luiz Antonio Corrêa Lucchesi – representando o Presidente do Confea, Edson Luiz Dalla Vecchia, Diretor-Geral da Caixa de Assistência, e Ricardo Bertoncello, Conselheiro e Coordenador da Frente Parlamentar; Francisco Almeida, Diretor-Presidente Nacional da Mútua, a Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea; e do Sr. Gelásio Gomes, Presidente do CredCrea. Agradeço a presença de todos. Sejam bem-vindos à nossa Casa, inclusive os demais que se fazem presentes no primeiro balcão da nossa galeria. Concedo a palavra, para a saudação aos convidados e visitantes, ao Deputado Fabio Oliveira.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, boa tarde. Boa tarde aos demais Deputados que se encontram na mesa. Cumprimento a todos os colegas engenheiros, que se encontram na galeria, e os alunos, que nos honram com a sua visita. É com grande honra e satisfação que, nesta tarde, entregamos esta justa homenagem ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do

Paraná, o Crea-PR. E isso tudo em celebração aos seus 90 anos, e esses 90 anos de dedicação e serviço à comunidade paranaense. Ao cumprimentar o Presidente do Crea, o Engenheiro Agrônomo Clodomir Luiz Ascari, cumprimento a todos os engenheiros que estão presentes aqui. Cumprimento todos os profissionais que integram esse importante conselho e, também, aos meus colegas Parlamentares, Deputados Estaduais, que prontamente aprovaram por unanimidade esta homenagem. Como Engenheiro Civil formado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, sinto-me ainda mais engrandecido e lisonjeado por poder entregar esta Menção Honrosa. A minha formação em Engenharia me permite reconhecer a magnitude e a grandiosidade do trabalho realizado por esse conselho e, também, a sua importância para a sociedade, a sociedade paranaense. Desde junho de 1934, o Crea-PR tem desempenhado um papel fundamental na regulamentação e fiscalização das empresas e, também, dos profissionais da área. Ao longo dessas nove décadas, o Conselho tem se empenhado em assegurar o exercício ético das profissões, gerando efeito positivo não apenas para os profissionais e para as diversas profissões, mas, também, para toda sociedade. A atuação do Crea-PR é notadamente marcada por suas atividades, mas também pelas atividades desenvolvidas pelas suas regionais, que são localizadas em Apucarana, Cascavel, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco e Ponta Grossa. E, obviamente, isso além das unidades de atendimento. Essa ampla estrutura do Crea mostra toda a sua agilidade, toda a sua capilaridade, mas também toda a eficiência do Crea no atendimento aos profissionais, à empresa e a todos aqueles que buscam os serviços prestados pelo Crea. Quero destacar, ainda, neste momento especial, a importante parceria estabelecida entre o Crea-PR e a Frente Parlamentar de Engenharia, Agronomia, Geociência, Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável desta Casa de Leis, da qual tenho muito orgulho de ser o Coordenador dessa Frente. Essa colaboração tem sido fundamental em diversas frentes, incluindo as ações em relação as novas concessões do pedágio. E não fica só nisso: em todo o projeto logístico do Estado do Paraná. Juntos temos trabalhado para monitorar o uso de materiais, assegurar a conformidade dos padrões de qualidade e fornecer recomendações técnicas, que resultem em um planejamento mais eficiente das

rodovias do nosso Estado que estão sob concessão. Nessa importante parceria, quero lembrar que nesta Casa de Leis recebemos o Crea em uma sessão especial, na qual o Crea nos enviou 25 sugestões de Projetos de Lei para esta Assembleia Legislativa, que foram enviados por todos vocês. Depois de quase um ano de trabalho, de discussões dentro do Crea, enviaram essas 25 sugestões para nós e, em um mês, a Frente Parlamentar de Engenharia analisou cada uma dessas sugestões e, por questões jurídicas, algumas dessas sugestões precisaram seguir por outra via por não ser de iniciativa desta Casa de Leis. No entanto, destaco que das 25 sugestões enviadas 11 projetos foram elencados como prioridade, dos quais três já estão tramitando nesta Casa, dois estão saindo do forno para serem protocolados. E essa eficiência toda reflete o compromisso e a excelência do trabalho conjunto entre o Crea-PR e a Assembleia Legislativa do Paraná. Ao longo dos 90 anos, o Crea tem se mantido firme em sua missão de organizar, controlar e orientar o exercício das profissões em benefício do interesse social e, também, do interesse humano, sempre guiado por seus valores de ética, integridade e transparência. Hoje, ao entregarmos esta Menção Honrosa, é para reconhecermos e celebrarmos a trajetória de sucesso e dedicação dessa tão importante instituição. Esta homenagem é uma forma de expressar não só a nossa gratidão, mas reconhecer publicamente o impacto positivo e duradouro que o Conselho tem proporcionado à sociedade paranaense. Viva o Crea-PR! E que Deus continue a abençoar esse tão importante Conselho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao engenheiro agrônomo Clodomir Luiz Ascari, Presidente do Crea. Logo após a fala, temos a apresentação de um vídeo.

SR. CLODOMIR LUIZ ASCARI: Uma boa tarde a todos. Gostaria de fazer aqui um agradecimento e uma saudação ao nosso Deputado, Presidente da Casa, Ademar Traiano, e em seu nome aos demais componentes da Mesa. Fazer também um agradecimento muito especial ao nosso Deputado Fabio Oliveira, que nos concede no dia de hoje esta homenagem. O Deputado Fábio Nunes não está presente hoje, mas há dois anos, juntamente com o nosso Presidente Ricardo, à época, deu início à nossa Frente Parlamentar das Engenharias, Agronomia e

Geociências. Quero cumprimentar também aqui os nossos Presidentes de gestões anteriores, o engenheiro civil Rubens Curi, o Ricardo Rocha, que me antecedeu, o Ivo Gilberto Martins e, também, o engenheiro Orlando Strobel. E agradecer de uma forma especial, porque vocês fizeram boa parte da história dos nossos 90 anos que hoje comemoramos. Vou falar um pouquinho a respeito do nosso Conselho. O Crea-PR é composto por mais de 76 mil profissionais, temos 138 títulos profissionais das mais diversas engenharias. Diferente do que muitas pessoas imaginam, de que é restrito a civil, elétrica, mecânica, agronomia, temos várias engenharias, e essas engenharias fazem parte em todo o nosso Estado do Paraná. Nós também temos 129 instituições de ensino que ensinam diariamente profissionais para o nosso sistema, em 830 cursos, aqui no Estado do Paraná. Temos também mais de 25 mil profissionais de outros Estados que têm vistos e trabalham aqui no nosso Estado. Isso demonstra a pujança do nosso Estado com esses profissionais de outros Estados prestando serviços aqui. E mais de 26 mil empresas com registro no nosso sistema, com atividades às nossas profissões dessas engenharias. Quero cumprimentar também a todos os colegas engenheiros, lideranças, representando os 76 mil profissionais, que estão aqui nesta galeria, nesta Plenária. Um agradecimento muito especial por estarem conosco aqui. E falar um pouquinho, também, das 101 entidades de classe que estão distribuídas por todo o nosso Estado do Paraná. A lei que deu origem ao nosso sistema é muito clara nos primeiros artigos, onde ela diz que o Crea surge para defesa da sociedade, para qualidade de vida da nossa sociedade, Deputado Fabio. Por isso da importância de nós estarmos presentes aqui nesta Casa. Nós estamos assim como a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia, para fazer essa fiscalização. Até o lema dos nossos 90 anos é: *“Quem fiscaliza, cuida”*. Um papel extremamente importante de cuidar da sociedade paranaense. Por isso, os 76 mil profissionais estão dispostos e dispersos em todo o nosso Estado do Paraná. É extremamente importante essa nossa capilaridade. Praticamente 80% do PIB do nosso Estado, Deputado Fabio e demais Deputados, aos quais cumprimento também em nome do nosso querido Fabio, praticamente 80% da economia, do PIB do nosso Estado, passa por algumas das nossas engenharias,

especialmente na atividade pública. Em uma Prefeitura, um Governo do Estado, dificilmente não há alguma atividade das engenharias. Nós dormimos em uma obra de engenharia, acorda em obra de engenharia e, ao longo do dia, estamos em constante contato com alguma obra das engenharias: veículo, elevador, este ambiente como nós temos aqui, a parte da construção civil, a mecânica, a elétrica, enfim, o alimento nosso. Muito facilmente ficaria horas aqui falando as nossas atividades, a parte rodoviária, avião, na aeronáutica, navios, enfim, todas as nossas atividades, engenheiro rodoviário. O Deputado falou aqui a questão de logística. E, também, a palavra “*sustentabilidade*”, que tanto se fala nos dias de hoje, sequestro de carbono, se não tiver os nossos profissionais não conseguimos atingir essa tão falada sustentabilidade. Tudo a ver com as nossas profissões, que estão presentes lá na academia, formando os nossos profissionais, na pesquisa e na linha de frente, aí nos escritórios, nos planejamentos, nos projetos, na extensão rural, enfim, toda a nossa economia passa aí pelas nossas profissões. A Frente Parlamentar, o Deputado Fabio já falou, para nós é motivo de muito orgulho. Foi entregue para cada Deputado um conjunto de mais 12 propostas, sugestões de leis, que no nosso entendimento são de extrema importância para a sociedade paranaense. Costumamos falar que sabemos que as decisões todas, Presidente Traiano, são políticas, mas quando conseguimos iniciar uma discussão nesta Casa com uma discussão técnica bastante avançada, certamente essas decisões serão mais assertivas porque, afinal de contas, a sociedade paranaense, através dos seus impostos, contribui, aqui a Casa de Leis promove leis, e o Governo do Estado distribui esse valor para todos os municípios, enfim, para toda a sociedade paranaense. E, certamente, quando conseguimos fazer chegar que as leis aconteçam na melhor forma possível, mais assertivas, certamente conseguimos dar uma contribuição significativa, com menor desperdício, menor número de obras públicas paradas, que ainda vemos muitas obras paradas. Isso tudo com o olhar das nossas engenharias, agronomia e geociências, conseguimos minimizar com muita qualidade esses riscos. Este ano é um ano de eleição municipal, temos as eleições municipais, e temos um trabalho, esse mesmo trabalho que fazemos ao longo do ano com as lideranças, que se reúne com todos os seus colegas, nas

suas regiões, e elaboramos esse conjunto de leis. Fizemos também um estudo básico dos municípios e esse estudo básico vamos disponibilizar a todos os candidatos a Prefeito. Então, os Deputados que têm nas suas bases os Prefeitos, que terão apoio, eles encontrarão em todas as regiões um conjunto, um estudo técnico das nossas profissões, dando praticamente um plano de trabalho para que esses Prefeitos, sendo eleitos, se praticarem, certamente teremos um município, uma cidade e, conseqüentemente, o nosso Estado muito melhor. Esta é a contribuição, este é o valor que o nosso Crea do Paraná está entregando nos próximos dias – já vem sendo feito há anos e, agora, estaremos entregando um caderno para cada candidato a Prefeito. Quem fará isso serão as nossas entidades de classe que estão distribuídas. Temos acesso a todas as nossas regiões. Chegando ao final, gostaria de comunicar aos nossos colegas e a todos que nos acompanham, que nos acompanham também pelas mídias sociais, Sr. Presidente Traiano, que na primeira semana de julho estaremos presentes lá no Rio Grande do Sul. Acompanhamos desde o primeiro dia a tragédia que lá aconteceu e, com engenheiros voluntários, estaremos indo para o Rio Grande do Sul. Já estamos acompanhando de forma remota, dando todo o apoio a esses colegas, e vamos lá, Presidente e Deputado Fabio, com dois grandes objetivos: um, para dar todo o apoio possível. Temos cidades lá no Rio Grande do Sul que precisam neste momento fazer mais de 70 mil laudos para poderem, os Prefeitos, enfim, retomarem a atividade – eles precisam dessa documentação para dar encaminhamento para o Estado ou até para que aquelas pessoas se sintam seguras, porque não se sabe como ficaram as estruturas das moradias. E os nossos engenheiros que puderem ir presencialmente lá estarão e os que não puderem farão de forma virtual. Teremos os colegas que farão lá o levantamento das informações e os colegas que ficarão aqui no Paraná. E, também, estamos estimulando outros profissionais de outros Estados a nos apoiarem, para que consigamos dar esta força aos nossos irmãos gaúchos. O aprendizado disto, Sr.^s Deputados, é que ao final criaremos um Comitê de Gestão de Riscos, onde todas as profissões estarão lá representadas, a geologia, a própria agronomia, porque teve problemas no campo, engenharias todas elas, para que tenhamos esse

conhecimento, Deputado, para montarmos também o que podemos fazer para evitar possíveis tragédias que poderão acontecer aqui no nosso Estado, e também fazer um plano de contingência, deixar isso pronto para que o nosso Estado se sinta também de uma certa forma protegido, afinal de contas este conhecimento de toda esta situação ambiental e estrutural, que eventualmente pudesse ser evitado, temos esse conhecimento no nosso Conselho, nas nossas profissões. Então assim faremos, na primeira semana de janeiro será o início, e o que os Deputados podem fazer aqui nos apoiando é conseguirmos apoio, precisamos de ônibus e vans para que, conforme vamos reunindo, organizando os nossos profissionais, possamos levar. Conseguimos do Crea diárias, estadias para os nossos profissionais e eles, de forma voluntária, farão o trabalho. Mas, precisamos de mais ajuda, talvez até de algumas Secretarias e do Governo do Paraná, se puder se engajar, porque de certa forma teremos um aprendizado. Agradeço a oportunidade, Presidente e Deputado Fabio. Muito obrigado por nos acolher e no atender. E vocês podem contar sempre com o Crea do Paraná, 90 anos de história. Que Deus continue iluminando a caminhada de todos nós. Um grande abraço a todos. (Aplausos.)

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, pela ordem.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero cumprimentar o Clodomir, Presidente do Crea. Cumprimentando o Clodomir, quero cumprimentar todos os engenheiros e engenheiras, agrônomos e agrônomas, todos e todas que fazem parte do Crea-PR. Mais uma vez o Crea comparece aqui trazendo sugestões importantes para o desenvolvimento do nosso Estado. O Crea já esteve aqui em outros momentos e sabemos da importância que tem o Crea e seus profissionais. Já transformamos ideias boas do Crea aqui do Paraná em boas leis; também consideramos na construção do Plano Plurianual, e não foi só uma vez; consideramos na hora de escrever a LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na LOA também. Então, quero parabenizar os 90 anos do Crea

e dizer que estamos juntos nestas boas ideias. E agradecer estas 12 sugestões de leis que o Crea traz, nos seus 90 anos, aqui para o povo do Paraná. Parabéns.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Bom, antes de suspendermos a Sessão para os registros fotográficos, acho que temos um vídeo institucional.

(Apresentação de Vídeo Institucional do Crea-PR.)

Por solicitação da Deputada Maria Victoria, também queremos registrar e agradecer a presença do Crea Regional de Maringá, nas figuras de Hélio Xavier da Silva Filho, Gerente Regional; Samir, assessor em Maringá; Carlão, Diretor do Crea; Leandro Vanalli, Conselheiro e Reitor da UEM; Dante Medeiros, Coordenador da Câmara de Engenheiros Civis; José Roberto, Coordenador da Câmara de Geografia e Engenharia de Segurança do Trabalho; Danilo Gatto, Conselheiro e Engenheiro Ambiental; Ricardo Albertini, Jorge Campelo e Altair Ferri. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Também registro a presença dos Vereadores de Apucarana, Moisés Tavares e Marcos da Vila Reis, e do Vereador de Cambira, Coxa Torres, por solicitação dos Deputados Tercilio e Delegado Jacovós. Sejam bem-vindos. **Suspendo a Sessão por instantes**, para os registros fotográficos e teremos o descerramento de uma placa.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a **Sessão**. Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo; cumprimento o Líder da Oposição; cumprimento os engenheiros aqui presentes, que abrilhantam esta Sessão Legislativa; cumprimento as pessoas que nos assistem presencialmente aqui na Assembleia; cumprimento você cidadão honesto, trabalhador, que nos assiste pela televisão. Senhores, hoje o assunto é muito sério. Reitero e ratifico neste momento a representação que fiz, Sr. Presidente, pela cassação do mandato do

Deputado Renato Freitas. Senhores, todos acompanharam os fatos ocorridos no dia 3 de junho nesta Casa Legislativa, quando a CUT – Central Única dos Trabalhadores, senhores, quando a APP-Sindicato, comandadas pelo Deputado Renato Freitas, invadiram esta Casa, quebraram as portas de vidro, depredaram esta Casa, Sr. Presidente. Dois policiais ficaram feridos, machucados. No mínimo, senhores, temos o crime de dano qualificado do art. 163 do Código Penal, e o crime contra o Estado Democrático de Direito do art. 359-L, também do Código Penal. Os fatos são incontestáveis. As câmeras de segurança, Sr. Presidente, mostram claramente a ação malévola do Deputado Renato Freitas, comandando o grupo. E a questão não advém do exercício da atividade legislativa, como foi feito pelos demais Deputados. Lembro bem do discurso do Deputado Requião, posso não concordar, mas exerceu ele a atividade legislativa de falar, de defender suas causas, que são diferentes das minhas. O Deputado Renato Freitas extrapolou e muito a sua ação legislativa, depredando patrimônio público. Se alguém tem dúvida disso é só acompanhar, Sr. Renato Freitas, as redes sociais, aquelas que o PT quer censurar. É só verificar as câmeras de segurança, Sr. Presidente, que, aliás, não temos o Flávio Dino aqui, elas não serão apagadas. Ou serão? Não serão, Sr. Presidente. No dia 8 de janeiro, Deputado Arruda, tínhamos 185 câmeras de segurança, em Brasília, senhores engenheiros do Crea que aqui estão presentes, 185 câmeras. Sabe quantas o Sr. Flávio Dino entregou? Quatro, as outras ele deixou apagar. É isso mesmo. Está comprovado. Disse ele que não tinha controle do contrato e deixou perpassar o prazo de 30 dias, e as câmeras foram apagadas. Em qualquer ordenamento jurídico que esteja embasado em Estado Democrático de Direito tudo seria anulado, Sr. Presidente, porque as câmeras tanto servem para acusar como para defender. E ele deixou apagar as câmeras de segurança! E hoje ele é Ministro do STF! Eu gostaria de ver a imprensa, principalmente a Rede Globo, divulgando tal fato, mas me parece que a amnésia toma conta da grande imprensa em relação aos atos do Partido dos Trabalhadores em Brasília. E a pergunta é, Sr. Renato Freitas: crimes ocorreram ou não ocorreram nesta Casa Legislativa? Já que o senhor é Mestre em Direito, formado em Direito, façamos uma análise jurídica se

o crime ocorreu. Senhores, o crime é o fato típico, antijurídico e culpável na Teoria Tripartite. É isso mesmo. O fato típico, Sr. Presidente, se divide em conduta, resultado, relação de causalidade e tipicidade. Vamos ver se o Sr. Renato Freitas se adequa ao tipo penal. Conduta: ação ou omissão consciente e voluntária dirigida a uma finalidade - Teoria Finalista de Hans Welzel. A conduta está comprovada. Resultado, que é a modificação do mundo exterior causado pela conduta humana voluntária - Teoria Naturalística. A modificação ocorreu porque a sessão foi obstada, V.Ex.^{as} tiveram que ficar nos gabinetes por questão de segurança. Eu, obviamente, vim aqui porque estou acostumado ao risco, mas V.Ex.^{as} não tem que assumir esse... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Delegado Tito, V.Ex.^a passa a usar o horário da Liderança do União Brasil.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): ... o Deputado Renato Freitas que obstou. Então, temos conduta, temos resultado, temos relação de causalidade, que é a teoria do Direito, a teoria *sine qua non*, que o senhor estudou muito bem em sala de aula, Sr. Renato Freitas, que é o nexo causal entre a conduta e o resultado. Então, tem conduta, tem resultado, tem relação de causalidade e tem tipicidade, que é o art. 163 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 1940, com a reforma da Lei n.º 7.294. Então, temos o art. 163 e temos o 259-L. Dois crimes, Presidente! E aí a pergunta que vem: agiu ele protegido por alguma excludente de antijuridicidade, Sr. Renato Freitas? Legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de um direito? Não, nenhuma excludente presente. Havia uma excludente de culpabilidade, que não se confunde com dolo e culpa, culpabilidade, que é a imputabilidade, que é a consciência potencial da ilicitude e a inexigibilidade de conduta adversa. Não, presentes não estavam. Havia alguma causa instintiva na punibilidade, Sr. Presidente? Não havia. E a pergunta é: ficaremos omissos frente à ação que obstou o exercício de um dos Poderes do Legislativo, especificamente aqui no Estado do Paraná? A materialidade, Ex.^{as}, está aqui. Senhor Renato Freitas, esse é o vidro quebrado, que demonstra a materialidade da ação comandada por V.Ex.^a. E se o senhor quiser se defender lhe dou um

aparte, porque sou democrata. Eu prego pela ampla defesa, pelo contraditório, de forma diferente de V.Ex.^a, que nunca me dá aparte. Gostaria de escutá-lo a respeito dos fatos, se comandou ou não comandou essa ação. No dia 8 de janeiro tivemos como conseqüência, como corolário, senhores, a prisão de mais de mil pessoas, centenas delas condenadas a penas de mais de 17 anos de cadeia. E aqui, Sr. Presidente, o que teremos? Espero que o *pau que bate em Chico bata em Francisco*, que o Código Penal que vige no Brasil inteiro esteja vigendo também aqui, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, porque a ação do Sr. Renato Freitas, no meu compreender, data máxima vênia, é até mais grave que a invasão de uma igreja, porque no caso da invasão da igreja a porta estava aberta, o culto foi interrompido sim, mas não houve violência física. Aqui obstaram a ação do Poder Legislativo do Estado do Paraná. A vidraça foi quebrada e a prova está aqui. Dois policiais estão machucados, Sr. Renato Freitas. E o senhor continua conversando com seus eleitores como se nada acontecesse. Senhor Renato Freitas, eu lhe dou a palavra, se defenda, Sr. Renato Freitas. O senhor comandou ou não comandou? Porque o senhor sentou na cadeira do Presidente e merece, sem dúvida alguma, senhores, as consequências legais. Não podemos ser omissos. A sociedade paranaense exige dos Deputados uma ação concreta que aplique a lei. E como disse, temos que punir também os membros da APP-Sindicato e da CUT que adentraram aqui e quebraram, não aqueles que ficaram do lado de fora caluniando, difamando e injuriando, porque até aí faz parte do uso da palavra, Sr. Renato Freitas, mas aqui dentro tenho o vídeo do senhor discursando. O senhor comandando essa ação como grande líder da APP-Sindicato e da CUT, mas é uma ação ilegal, criminosa, prevista no Código Penal. Espero, Sr. Presidente, que apliquemos o Regimento Interno desta Casa, que não sejamos omissos. Por quê? Porque representamos a sociedade. E vamos lembrar que além de legisladores, somos fiscais da lei. Que fiscal da lei é esse que permite que criminosos invadam a Casa Legislativa e nós nada façamos? Tenho certeza absoluta, Sr.^s Deputados, que V.Ex.^{as}, inclusive do Partido dos Trabalhadores, apoiarão este procedimento administrativo para punir o responsável pela ação ilegal. Como disse, os demais

Deputados do PT usaram a palavra, criticaram, têm posições antagônicas e temos que respeitar isso, faz parte, têm seus eleitores, têm legitimidade, mas essa ação criminosa, Sr. Renato Freitas, não pode ficar impune. Caso a sua memória tenha sofrido algum tipo de amnésia, lhe dou de presente uma parte do vidro desta Casa Legislativa, Sr. Renato Freitas, da qual o senhor comandou uma ação e discursou naquela cadeira, conforme imagens produzidas pelas câmeras de segurança e pelas redes sociais. Aliás, as mesmas redes sociais que V.Ex.^a trabalha junto com o PT pelo controle, da qual eu busco a liberdade. Então, Sr. Presidente...

Deputado Renato Freitas (PT): Um aparte.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Vou lhe dar um aparte porque sou um democrata. Trabalho com o contraditório, que é a ciência bilateral dos atos processuais, com a ampla defesa. Vou lhe dar um minuto, Sr. Renato Freitas.

Deputado Renato Freitas (PT): Obrigado pela gentileza do aparte. E gostaria de consignar, nesta Casa, que muito me espanta o senhor que já em minha frente comemorou 488 mortes promovidas pela Polícia Militar subir a essa tribuna e chorar copiosamente com um pedaço de vidro na mão, como se o bem jurídico desse pedaço de vidro fosse maior e mais importante do que as vidas humanas ceifadas de forma covarde por alguns maus policiais que desonram a farda e a Corporação no Estado do Paraná. Em segundo lugar, essa tentativa de criminalização do meu mandato e do movimento pacífico e organizado pelos professores reivindicando uma segurança pública, gratuita e de qualidade não prosperará nesta Casa, porque o povo não é mais refém de uma bolha de rede social na qual o senhor protagoniza. O povo se libertou. E tenho certeza que isso será do senhor cobrado nas próximas eleições.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Senhor Renato Freitas, primeiramente o senhor faz o uso da retórica, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. São fatos distintos. E na sua defesa o senhor traz uma relação que não tem vínculo com o fato atual. Primeiramente, em relação à ação dos policiais

da Rone, da Rotam, mataram criminosos, mataram bandidos em legítima defesa protegendo a sociedade. Então, não posso deixar de parabenizá-los sempre. Segundo, em relação aos fatos aqui ocorridos não foi uma manifestação democrática. Se fosse ficariam do lado de fora cumprindo, Sr. Líder do Governo, a decisão judicial que considerou a greve ilegal e não teriam invadido este recinto. Então, não estou nem analisando a calúnia, a injúria e a difamação de V.Ex.^a contra o Governo do Estado, as falácias, as inverdades, porque acho que isso faz parte da democracia, do seu direito de falar, da sua imunidade. Mas, senhores, invadir a Casa Legislativa quebrando as portas, Sr. Presidente, ferindo policiais e obstando a ação do Poder Legislativo é inaceitável. Temos o art. 359-L do Código Penal, que é o crime contra o Estado Democrático de Direito, que é tentar, o tipo falar em tentar, tentar abolir o Estado Democrático de Direito impedindo ou restringindo o exercício dos Poderes constitucionais. Então, o crime, obviamente, se consumou, mas a tentativa já é punida como crime consumado, com pena de quatro a oito anos. Então, espero, Sr. Presidente, que esta Casa analisando, dando o contraditório, dando a ampla defesa ao Deputado Renato Freitas, aplique a lei ao caso concreto, que a justiça seja feita e que não sejamos mensageiros da impunidade. Porque lá em Brasília, que estive agora, fizeram um local especial para relembrar o 8 de janeiro. Sim, o Partido dos Trabalhadores não deixa esquecer. Tem um memorial lá, inclusive com uma fotografia de um vaso quebrado e as penas foram extremamente rigorosas. Espero, Sr. Presidente, que o Estado do Paraná como um todo, como instituição, através da Polícia, através do Ministério Público, através do Poder Judiciário, aplique a lei ao caso concreto. E que a justiça... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): ... e que a justiça seja feita, porque todos nós da Direita temos sede de justiça, porque a lei é aplicada com rigor, Sr. Renato Freitas, contra a Direita, mas quando é contra a Esquerda todos os benefícios, beneplácitos lhe são dados. E o exemplo maior disso do rigor é do dia 8 de janeiro, quando o processo deveria ter sido anulado, a partir do

momento que as câmeras foram escondidas e apagadas pelo Ministro Flávio Dino, que foi contemplado ele, senhores, com o cargo de Ministro do STF. Aliás, o Ministro autointitulado comunista. Que país é esse!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do nosso sempre Deputado Estadual e agora Deputado Federal, Pedro Lupion, e também da Rafaela Lupion. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Próximo orador, Deputado Tercilio Turini.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, quero saudar os nossos visitantes, quem nos acompanha pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais. Quero hoje falar de um requerimento, de um expediente que estou encaminhando para a Secretaria de Infraestrutura e para o DER, sobre um lamentável acidente, uma tragédia ocorrida lá na PR-170, no km 10. Vou tomar a liberdade, já pedi autorização para o Presidente Ademar Traiano, de apresentar um vídeo de um minuto, para mostrar as condições da PR-170 e onde ocorreu o acidente. Depois, vou falar a respeito da PR-170 e do acidente. (Apresentação de vídeo.) Essa daí é uma localidade na PR-170 chamada km 10. São dez quilômetros exatamente depois de Rolândia em direção a Porecatu. E esse KM 10 não tem nenhuma sinalização, não tem trevo... (Apresentação de vídeo.) Vou pedir a ajuda depois do Deputado Hussein Bakri. Deputado Hussein, se V.Ex.^a puder me acompanhar. Essa PR-170 é uma das rodovias mais movimentadas do Paraná. Ela liga o Estado de São Paulo. O primeiro município próximo da divisa do Estado de São Paulo é Porecatu, vem por Florestópolis, Miraselva, Prado Ferreira e chega até Rolândia, passando antes por um distrito chamado São Martinho. Ao longo aqui do período que estou na Assembleia, fiz inúmeros requerimentos para o DER, já até no Governo anterior, mostrando a gravidade dessa rodovia. Essa rodovia tem 170 Km de Rolândia a Porecatu, mas serve, também, para Jaguapitã, para Guaraci, para Centenário, para Lupionópolis, para Cafeara. Ao longo dos 70 Km não tem nenhuma terceira faixa e o mais grave: não tem praticamente acostamento. É um volume de caminhões brutal. Esse volume de caminhão vem de toda a região e ele vem, também, do Estado de São Paulo, porque ali é a saída para ir para Presidente Prudente; ali é a entrada

também de quem vem do Mato Grosso. E no trecho ali onde ocorreu o acidente na última quarta-feira, dia 12, quatro pessoas morreram no KM 10: dois senhores de Jaguapitã, uma senhora e uma criança de um ano e seis meses. E, olha, não foi por falta de alerta. Deputada Cloara, V.Ex.^a que é ali da nossa região, V.Ex.^a conhece ali. O KM 10 é um local onde tem vários estabelecimentos comerciais, tem mais de um restaurante, tem campo de futebol, tem comunidade que mora ali... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tercilio, V.Ex.^a usa o Horário da Liderança do MDB.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): O km 10 é uma localidade muito conhecida. O km 10, além de ter toda uma comunidade, de ter todo um comércio, é a entrada do 2.º Distrito de Rolândia, que é Bartira; é a entrada de estudantes para ir para Rolândia; ali tem centenas de produtores rurais; e não tem trevo. Não existe acostamento, não tem trevo, então se disputa a entrada e saída com caminhões, com carros, em alta velocidade. Hoje não tem nenhuma sinalização no km 10. Uma tragédia anunciada. E os moradores me diziam que ali, nesse local, nos últimos 20 anos, ali entre Rolândia e São Martinho, nos últimos 20 anos, mais de 30 pessoas morreram e uma centena de pessoas ficaram com sequelas, sendo que não faz muito tempo que ali, no mesmo local, uma pessoa em um acidente perdeu uma das pernas. Gente, não é possível, em uma rodovia importante... Quando o Governador era o Beto Richa ele queria duplicar essa rodovia, mas queria duplicar com pedágio e aí a população não aceitou. E aí o pedágio não iria só ali, iria também lá perto de Bela Vista, porque senão o desvio seria feito por Bela Vista. O que nós precisamos?

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): O Senhor me permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Com o maior prazer, Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Tercilio, o senhor aborda um tema na tribuna que acho extremamente importante, porque tenho visto que o Paraná, nas mais diversas regiões, tem recebido investimentos muito significativos

por parte do Governo Estadual na questão que envolve infraestrutura, duplicação de rodovias, solucionando de fato alguns pontos que são muito complexos do sistema viário. E, indiscutivelmente, a nossa região – e diria que o Norte do Paraná de uma maneira geral, incluindo o Norte Pioneiro –, está precisando de investimentos. Esse exemplo, Deputado Tercilio, dessa rodovia, que é essa ligação importante com São Paulo até Rolândia e Porecatu, para dar um exemplo, é uma rodovia que tem um grande fluxo de veículos, é uma ligação importantíssima. E é uma rodovia da década de 70, é uma rodovia antiga. É uma rodovia, inclusive, que a topografia é boa porque ela tem muitas retas, mas é uma rodovia onde há, indiscutivelmente, excesso de velocidade. A rodovia não é adequada ao volume de tráfego e ao tamanho dos caminhões que nela circulam. E nós, obviamente, precisamos ter investimentos. Creio que de fato é necessário que todas as lideranças políticas do Norte do Paraná, do Norte Pioneiro, possam começar a discutir um grande plano diretor de investimento em termos de infraestrutura para a nossa região, para poder receber esses investimentos. E creio eu que há grande receptividade por parte do Governador para que possamos debater esse tema. É necessário ter planejamento e esse exemplo que V.Ex.^a está dando, como tantas outras obras que são necessárias na nossa região. De qualquer forma, quero dizer que me somo a essa preocupação que V.Ex.^a leva à tribuna. O tema é relevante para a nossa região, precisamos de investimentos, para que possamos de fato dar uma solução. Dou um exemplo aqui: temos a BR-153, que liga Santo Antônio da Platina, da divisa de São Paulo até um trecho vai estar pedagiada, vai ser duplicada, mas depois do entroncamento com a PR-92, em direção a PR-090, depois até a 376, que é uma rodovia federal, é uma rodovia que está com altíssimo fluxo de veículos e de caminhões e que com a cobrança do pedágio, em Quatiguá, no futuro, vai aumentar ainda mais, com uma rota de fuga do pedágio, e é uma rodovia que precisa de grandes investimentos. Então, de fato, precisamos de soluções no nosso sistema viário de infraestrutura, porque seguramente um dos maiores desafios que o Paraná tem para o futuro é a nossa infraestrutura. A BR-376, mesmo com o pedágio, não se resolve o problema, temos que ter uma rediscussão da questão da malha ferroviária no

Estado, porque isso tudo pode aliviar, principalmente em direção a Paranaguá, o fluxo que temos de caminhões e de transporte de carga. Quero dizer que sou solidário, as suas iniciativas também são minhas. Enfim, parabéns por ter levado o tema na tribuna desta Casa aqui.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Obrigado, Deputado Romanelli. Obrigado pela contribuição, V.Ex.^a conhece tão bem a região. Deputado Hussein, o que eu gostaria de pedir a V.Ex.^a? Nos requerimentos anteriores, a Secretaria de Infraestrutura manifestou que existe um projeto de aumento de capacidade, ou seja, terceiras faixas na PR-170. Mas o que precisaríamos e que a comunidade está pedindo hoje? Além disso, agilizar, precisamos para agora, para ontem, um trevo com redutor de velocidade no km 10. No ano passado, levei os dois Superintendentes do DER no local. O antigo, que era o Engenheiro Marco Aurélio, mostrei e ele ficou sensibilizado. Já levei no início deste ano o Engenheiro Leno, que é o atual Superintendente do DER, em Londrina, e levei mais. Na época, o Marco Aurélio me disse que eles não tinham gente para fazer o projeto do trevo, e ele concordava que era urgente. Arrumei um amigo meu, que ele doa o projeto. Ele doa, o que precisamos é de uma resposta urgente. O que precisamos, se for possível, para esta semana ou semana que vem, com a presença de V.Ex.^a, sentarmos com o pessoal do DER. Vamos chamar os outros Deputados da região e vamos tomar uma decisão, porque no próximo acidente a população vai fechar a rodovia e fica uma situação muito ruim. Acho que seria importante se conseguirmos fazer um encaminhamento de solução, pelo menos nesse trecho do km 10, para se estabelecer um trevo com redutor de velocidade, porque senão é mais uma tragédia anunciada e acidentes mais graves ainda. É impossível ser mais grave do que isso, mas com o maior número de vítimas pode ocorrer novamente nessa região. No mais, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença da Vereadora de Ponta Grossa, Sr.^a Joce Canto, irmã da nossa Deputada Mabel Canto. Seja bem-vinda aqui na Casa. Registro a presença dos Vereadores de Pinhais, Sr. Fabricio Sousa e Sr. Tomé; dos Ex-Vereadores, Sr.^a Marcia Ferreira e Leandro, por solicitação do Deputado Goura. Próximo orador, Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Senhor Presidente Ademar Traiano, Sr.^s e Sr.^{as} membros da Mesa Executiva, Sr.^s e Sr.^{as} Parlamentares, amigos que nos visitam, funcionários da Casa, amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*. Subo à tribuna, nesta segunda-feira, para trazer um tema que é extremamente importante. Uma vez presidindo a Comissão de Agricultura e Pecuária desta Casa, logicamente que temos que trazer as demandas, os problemas, os gargalos, para que efetivamente essa atividade possa continuar levando o Paraná e o Brasil nas costas. Trago hoje algo que deve ser trabalhado pelo Governo do Estado na questão da regularização do Cadastro Ambiental Rural, o nosso CAR. Para aqueles que não são do ramo, o que seria o conceito do CAR – Cadastro Ambiental Rural? É um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, cuja finalidade é integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente – APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do País. Criada pela Lei 12.651/2012, o CAR, senhoras e senhores, se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. A lei prevê que a criação do imóvel rural no CAR, a inscrição do imóvel rural no CAR, é realizada por meio de sistema eletrônico e deverá ser feita junto ao órgão estadual competente, na Unidade da Federação em que se localiza o imóvel rural. No caso do Estado do Paraná, esta é uma atribuição do nosso Instituto Água e Terra, o IAT. Pois bem, ocorre é que temos recebido, senhoras e senhores, diversos agricultores preocupados, porque o Estado deve agilizar na tramitação para análise e homologação do cadastramento obrigatório para aqueles que fizeram pela Internet, no próprio *site*, e que carece da validação do IAT para emissão do Certificado de Regularidade Ambiental da propriedade. Objetivamente, o Estado, através do seu órgão, o IAT, não está conseguindo regularizar os CARs. Isso faz com que o produtor rural tenha problemas, em tendo a área embargada pelo Ibama, de não conseguir entrar nas instituições financeiras e conseguir um

financiamento. Portanto, é algo que deve ser colocado como prioridade. A Resolução n.º 5081/2023, do Conselho Monetário Nacional, condiciona, logicamente, como eu disse, a regularidade no CAR para concessão de crédito rural, ao prever que não será realizada o crédito de recursos financeiros para empreendimentos não validados pelo CAR, ou localizado imóvel rural em que existe embargo de órgão ambiental competente, federal ou estadual. Outros Estados estão implementando uma força-tarefa. Aqui no Paraná, senhoras e senhores, cerca de 4 mil propriedades rurais estão embargadas pelo Ibama e, ainda, necessitam ser sanados pelas suas diligências, encontram-se paralisadas, embargadas pelo Ibama. O problema, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, é que conforme a Instrução Normativa n.º 8, de 25 de março de 2024, do Ibama, a análise de pedidos de cessação do embargo de obra ou atividades aplicados em áreas rurais estão com os seus efeitos embargantes até a comprovação pelo interessado da regularidade ambiental através do CAR, cujo sistema está extremamente devagar, devagar mesmo. Muitos produtores estão muito preocupados, porque não vão conseguir fazer a sua plantação, a sua produção, auferir lucro e conseguir o sustento da sua família, porque não vão conseguir fazer o financiamento do banco. Portanto, é fundamental que coloquemos todos os esforços, enquanto Governo, para que seja feita uma força-tarefa, porque hoje, senhoras e senhores, apenas cinco analistas estão destacados pelo IAT para fazer essas avaliações. Portanto, é fundamental que neste momento tenhamos condições de dar mais pessoal, mais celeridade, para que efetivamente o CAR possa ser regularizado e os produtores possam fazer o que bem sabem fazer, que é produzir. Portanto, subimos à tribuna nesta segunda-feira para trazer esse problema, para dizer, e já estive conversando com o Secretário de Meio Ambiente, o Everton, já falei por telefone com o representante do IAT, nosso amigo Scroccaro, para que isso possa ser resolvido o mais rápido possível, para que os nossos produtores tenham o seu CAR regularizado e possam, efetivamente, entrar com a documentação para financiamento e poder avançar. Por isso, gostaria que o nosso Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, escutasse essa fala, pudesse se inteirar um pouco mais desse assunto, porque é algo que efetivamente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Vossa Excelência tem mais um minuto, Deputado.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Porque é algo que efetivamente, Deputado Hussein, vale a pena solucionar, porque na ponta, aqueles que produzem alimento, estão necessitando da mão amiga, da ajuda do Estado. Por isso, eu faço esse encaminhamento. Gostaria que constasse nas notas taquigráficas, efetivamente, defendendo a nossa agricultura e acreditando no Governo do Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda, pela Liderança do PL.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas, Deputados, Deputadas e todos que acompanham a Sessão Plenária. Tenho dois assuntos a tratar aqui. O primeiro, quero pedir aos Sr.^s Deputados que prestem atenção nesta fala e que venham junto, assinem o bloco n.º 6262 do SEI, que é o pedido de cassação do Deputado Renato Freitas. O que aconteceu aqui nesta Casa não foi algo normal, não foi uma brincadeira, foi algo muito sério. A quebra de decoro parlamentar está explícita aqui de uma maneira muito clara e com vídeos, ainda, que mostram tudo o que está relatado nesse pedido de cassação. Se nós temos aqui um Regimento Interno que não é cumprido, para que se tem o Regimento Interno? Perde-se a credibilidade do Regimento Interno, se não cumprirmos o que está lá. O Deputado Renato Freitas, além de incitar a invasão desta Casa de Leis, dizendo aí – está filmado isso e está lá na minha denúncia –, gritando aí nos corredores: *“Entra, entra, entra, vamos entrar”*. Aí quebraram a porta. Então, houve uma depredação do patrimônio público, uma agressão a funcionários. Isso depois de saber que a greve era ilegal, descumprindo uma ordem judicial. Isso é crime. É tão grave que esta Casa aqui pediu junto à Secretaria de Educação, enviou as imagens dos professores que invadiram a Casa pedindo a exoneração deles e pedindo a prisão da Presidente da APP-Sindicato, a qual foi acatada pela Promotora do Ministério Público. Acatou a prisão porque descumpriu uma ordem judicial. Então, não é uma brincadeira.

Porém, o Deputado Renato Freitas mais uma vez usou esta Casa como um palanque político dele, como um verdadeiro circo que ele armou aqui dentro, dando gritos de ordem. Está filmado aqui, gente, ele orientando os invasores dizendo assim: *“Olha, tem um rito esta Casa, para se votar tem que abrir a Sessão”*. Vocês viram que o Presidente Traiano foi, abriu a Sessão, suspendeu, e aí votaram virtualmente. *“Se vocês ficarem aqui – aqui dentro, ele queria –, não vai abrir a Sessão, não vai ter votação”*. Agora, se um Parlamentar joga contra o trabalho de um Deputado, e ele tem essa facilidade porque trafega aqui como qualquer um de nós livremente porque é Deputado. Até onde, Deputado Nelson, vamos aturar isso? Até onde vamos aturar o Deputado sentar na cadeira do Presidente da Casa, fazer corinho, todo mundo chamando de ladrão o Presidente, ou gritando “Renato”, como se ele fosse um artista aqui na Casa. Isso aí é no mínimo imoral, indecente, ridículo. Ele acha que ele tudo pode nesta Casa. Uma pessoa que tem uma vida como ele tem, com 16 passagens ou mais pela polícia, por invasão de igreja, foi preso com droga, por ameaça, teve queixa da ex-companheira dele que disse que ele é um machista, opressor, humilhava ela. Até aonde vai isso, gente? Se esta Casa não tomar uma atitude séria, o Deputado Renato Freitas vai ficar com aquela cara, com aquele sorrisinho de uma pessoa que não respeita a Casa de Leis, uma pessoa que mais se assemelha a um delinquente, praticando atos criminosos, como praticou aqui dentro. Não foi uma brincadeira a invasão. Foi muito grave, Deputada Cloara, foi uma invasão violenta. E ainda ele põe um vídeo lá nas páginas dele se vangloriando, como se fosse bonito. Sabe por quê? Porque ele acredita na impunidade desta Casa. Então, o mínimo que nós Deputados temos que dar é uma resposta à sociedade, que cobra isso aí, cobra, tanto que eu tive milhares de mensagens na minha página, o pessoal: *“Quero ver se vão tomar uma atitude dessa vez, ou vão deixar mais uma vez esse cidadão fazer o que ele quer”*. Ele não vai fazer o que quer. Aqui não é, Deputado, em nenhum lugar você vai poder ficar aqui ouvindo funk, gritando, xingando, xingando policial, defendendo a bandidagem, agredindo a polícia. Aqui é uma Casa de respeito, temos que manter a ética aqui dentro, no Plenário da Casa. Então, repito aqui e peço o apoio dos Deputados, sei que alguns já vão assinar no

bloco n.º 6262 do SEI, para pedirmos a cassação desse Deputado, que já não é a primeira vez, já teve uns cinco ou seis pedidos de cassação dele. Ele não vai parar. Daqui a pouco, ele vai fazer uma fogueira aqui no meio e falar que é São João, e o pessoal vai achar bonito. Nós não queremos aqui alguém que pratique atos criminosos ou nenhum palhaço. Nós queremos aqui Parlamentares que venham aqui debater projetos, discutir democraticamente, mas não invadindo a Casa e proibindo o trabalho parlamentar. Descumpriu ordem aqui que está aqui no Código Penal. No meu pedido, leiam o pedido, está juridicamente perfeito isso aqui, com todas as imagens, com todos os artigos que ele infringiu. Não é uma brincadeira. E nós levaremos isso adiante até onde for. Levaremos para que essa atitude, esse ato criminoso dessa APP-Sindicato, que não é a primeira vez, ligada ao Deputado Renato Freitas, não fique impune. E tenha certeza de que o sorrisinho de hoje pode virar choro amanhã, porque não vamos perdoar esse tipo de atitude. Ou o senhor respeita esta Casa, ou o senhor é cassado, ou pede para sair, porque o senhor não tem perfil. O senhor não respeita o trabalho do Parlamentar. Não, o senhor não respeita. O senhor está habituado acho que sei lá... A atitude do senhor não é uma atitude normal. Incitar a invasão, a quebradeira, descumprir ordem judicial, isso é atitude de criminoso, de delinquente. Então, não podemos permitir isso. Bom, segundo assunto aqui a tratar, que não poderia aqui também deixar de falar. Quando eu fiquei aqui anos nesta tribuna defendendo o Governo Bolsonaro, mostrando a verdade, combatendo toda a mentira que a Esquerda falava do Governo Bolsonaro, e eu falava que iria ser um caos se o ex-presidiário voltasse à cena do crime. Conseguiu voltar. Nós sabemos como, não é? Mas conseguiu voltar. Um Presidente que não tem povo, um Presidente solitário, quando viaja para algum evento fora do País fica excluído, porque ninguém quer ficar perto de um sujeito que só fala besteira e asneira, onde ele vai é uma desgraça. Ele abre a boca, a Bolsa cai aqui no Brasil e o dólar sobe. Esse é o Presidente que joga contra o Brasil. Diante de toda a desgraça que o Brasil vive hoje, desgraça no Rio Grande do Sul, desemprego, o dólar subindo, Bolsa caindo, inflação aumentando, o Lula está preocupado com o povo? Não. Ele acaba de cortar 5,7 bilhões que incluía a

Farmácia Popular. Você acha que ele está preocupado? Agora ele está hospedado lá com a Janja, na Itália, pagando 71 mil a diária do hotel, gente! Eu estava ontem lá em Pitanga, em um Distrito, em Vila Nova dos Alemães, uma professora me pediu uma emenda de R\$ 100 mil para reformar um colégio. E esse, perdoem-me a palavra, esse canalha do Lula tem a pachorra de pagar R\$ 70 mil em uma diária, sendo que tem a Embaixada Brasileira, que ele poderia dormir na Embaixada. Então, isto aqui é um escracho, é uma cusparada na cara do povo! Só para lembrar um pouco, fazer um resuminho aos menos informados e a quem ainda não sabe, porque a mídia não fala isto. Quando o Bolsonaro assumiu o poder, as estatais aqui no Brasil... Primeiro que não tinha superávit no Brasil desde 2013! O Governo Bolsonaro deu superávit. Olha, depois de 20 anos, conseguimos. As estatais aqui no Brasil, que foram saqueadas pelos Governos Lula e Dilma, apresentavam 40 bilhões de prejuízo. Quarenta bi negativo! Bolsonaro assumiu o Governo e entregou as estatais com 188 bilhões de lucro. Saiu de 40 negativo para 180 bi positivo! Então, isso dá uma diferença de 228 bilhões. Aí os dividendos desse lucro, o Governo Bolsonaro usou para quem? Para atender os mais pobres, os mais carentes. Por isso que ele conseguiu fazer várias obras e conseguiu aumentar o então Bolsa Família, que no Governo dele chamava Auxílio Brasil, de R\$ 180,00 para R\$ 600,00, e ainda deu um 13.º salário. E a pessoa que recebia podia trabalhar, porque ele queria ajudar que a pessoa melhorasse de vida! O Lula entrou, tirou o 13.º salário, diminuiu 8 milhões de pessoas que ganhavam o Bolsa e não ganham mais e proibiu que eles trabalhem. Então, eles têm que viver de uma esmola e não podem trabalhar. Tem gente que quer trabalhar, mas não quer perder o Bolsa Família! Então, ele quer o quê? Um escravo. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Ele quer o voto de cabresto, que o cara dependa da esmola do Governo. Esse é o Governo Lula, para quem não entendeu ainda. Então, gente, temos a obrigação de mostrar a verdade aqui. Este Governo do Lula já acabou, não tem mais dinheiro, ele está cortando dinheiro porque não paga as contas mais! A máquina bilionária que ele criou aqui para gastar dinheiro,

o que arrecada, mesmo ele aumentando todos os impostos, não paga, não fecha a conta. O rombo fiscal aumenta a cada dia, a dívida interna aumentou 1 trilhão em um ano. Então, não tem mais jeito de recuperar. Este Governo, graças a Deus, não chegará ao fim, porque a economia vai e irá de mal a pior. Quem ganhava um salário-mínimo no Governo Bolsonaro e comprava mercadoria no mercado, hoje não compra metade, porque o poder aquisitivo caiu, e o Lula não está nem aí com vocês! Não adianta, ele voltou à cena do crime e não está... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Presidente da Câmara de Sarandi, o Nildão, e também do Sílvio Barros, Ex-Prefeito de Maringá. Sejam bem-vindos na nossa Casa. É claro que por solicitação da Deputada Maria Victória. Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero cumprimentar o Presidente, os Deputados e Deputadas, todos e todas que estão presentes aqui na Sessão e também quem está acompanhando a Sessão a distância. O Brasil acabou de receber uma notícia boa, que é a 8.^a maior economia do mundo. Era a 12.^a maior economia quando o Lula tomou posse e, em um ano e meio, já avança para 8.^a maior economia do mundo. Também as notícias são muito boas do crescimento do Brasil neste ano. Na semana passada, a imprensa do mundo todo divulgou que o Brasil ficou apenas atrás da Índia e também atrás da Turquia, mas ficou à frente, cresceu mais do que os Estados Unidos e do que a Europa inteira. Então, o Brasil está entre os 10 países que mais crescem, e é o segundo país que mais recebe investimentos estrangeiros no mundo. Está com o melhor indicador de empregabilidade dos últimos 10 anos. Está com o melhor indicador de redução da pobreza e da miséria desde 2007 para cá. Está, também, com o melhor indicador de aumento do poder de compra dos trabalhadores do Brasil medido desde 1995 para cá. Então, o Brasil cresce, desenvolve-se e inclui as pessoas e isso faz muita diferença. Portanto, quero cumprimentar mais uma vez o Presidente Lula, que foi eleito pela terceira vez para presidir o Brasil, o que também é inédito, e aconteceu também uma coisa inédita, que pela primeira vez um Presidente foi para a reeleição e não foi reeleito, e o Lula quebrou um tabu também de ser o primeiro

brasileiro a ganhar no voto a Presidência da República – e um outro detalhe, ele fez mais do que 60 milhões de votos. Nunca um brasileiro alcançou 60 milhões, 345 mil e 999 votos. Então, está legitimado, o Brasil está se desenvolvendo, está crescendo, a vida do nosso povo está melhorando gradativamente. Quero aqui também dizer ao Deputado Renato Freitas que estamos orgulhosos, enquanto bancada do PT, do PDT, que tenho a tarefa de ser o Líder desta bancada aqui na Assembleia. Estamos orgulhosos do seu trabalho, da sua luta, que é uma luta legítima, combatendo as desigualdades, lutando pelo direito de vivermos com dignidade, de não precisarmos ter medo de sermos o que somos, apresentar-se no Brasil, em qualquer lugar do nosso País, sendo a pessoa que somos, e não sermos desrespeitados, não sermos violentados em nosso direito. Acompanhei V.Ex.^a como Vereador de Curitiba e falei na frente daquela Câmara, em um ato com muitas lideranças de Curitiba e do Paraná, que você só sairia daquela Câmara pela vontade de quem te colocou lá, que foi a população, que você certamente sairia da Câmara de Vereadores para tomar posse aqui na Assembleia. E V.Ex.^a só sairá daqui pela vontade do povo do Paraná, para ir para o lugar que V.Ex.^a quiser ir e se candidatar para ir - se V.Ex.^a se candidatar a Senador, a Governador, a Deputado Federal. Vossa Excelência só sairá daqui ungido pelo voto popular para outro espaço, como está aqui pelo voto do nosso povo. Quero dizer que V.Ex.^a não cometeu nenhum crime, todos nós estamos de prova. Os professores, professoras, funcionários e funcionárias de escolas do Estado do Paraná estavam fazendo uma luta na defesa da escola pública, da educação pública do nosso Estado e, também, não cometeram crime. E a greve também não foi julgada como greve ilegal! Está tramitando na Justiça, já aconteceram duas audiências de conciliação, teremos mais uma audiência de conciliação marcada pelo Tribunal de Justiça para o dia 24 deste mês, onde a APP-Sindicato sentará com representantes do Governo para avançar no debate. A Desembargadora, quando deu aquela liminar, solicitou à APP que apresentasse uma proposta de reposição das aulas, como iria compensar os dias não trabalhados estando em greve, para não deixar nenhum estudante sem o mínimo necessário de dias letivos. E a APP, imediatamente, apresentou em juízo a

proposta de como repor, como já aconteceu a reposição em outros momentos, para não deixar nenhum estudante sem os conteúdos necessários para sua formação. Então, já foi apresentado. Então não houve julgamento, não tem decisão proferida em definitivo da greve. Então, continua o debate e quero aproveitar aqui para dizer aos Deputados e Deputadas, e pedir mais uma vez ao Deputado Hussein Bakri, que é o Líder do Governo, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia, para que possamos avançar distensionando essa relação que está bastante contaminada entre a nossa categoria da educação, professores e funcionários de escola, com o Governo. Precisamos avançar, precisamos fazer com que o Governo permita a reposição das aulas, para garantir o que a Desembargadora solicitou, que tenha que ter o cumprimento dos dias letivos, porque eles não aconteceram naquelas escolas que estavam sem estudante e sem professores. E não dá para maquiagem, dizer que o Educatron fez aulas a distância, porque está filmado em vários lugares que não tinha estudantes e não tinha professores em sala de aula. Portanto, precisa repor esses dias para garantirmos o mínimo de conteúdo necessário para formação dos nossos estudantes. E os nossos professores e professoras estão dispostos a fazer essa reposição, como sempre fizeram em outros momentos. Também dizer aqui que o Governo precisa cumprir com a legislação, com a Constituição. A categoria também estava em greve por reposição salarial. Os outros Poderes já estão propondo e já está aqui na Assembleia tramitando o Projeto para repor a inflação aos servidores dos outros Poderes. O Executivo não mandou o Projeto. Precisa atender um dos pontos também da greve do magistério, professores e funcionários de escolas. Outro ponto: desde janeiro o Paraná não paga o piso, que é o salário-mínimo para professores no Brasil. Está pagando menos do que o piso, está devendo e isto é um absurdo, isto precisa ser atendido. Então, além do projeto que nós aqui da Oposição e mais Deputados que acompanharam a Oposição votamos contra, e continuaremos dizendo que esse projeto que foi aprovado, essa Lei, permitindo que parte do dinheiro da educação seja mordida por empresários vai fazer falta para educação. Nunca precisou colocar síndico pago na escola para fazer a gestão administrativa. Os nossos diretores e diretoras

são preparados para isso, e temos funcionários nas escolas também preparados para fazer a gestão administrativa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Tanto a gestão administrativa quanto a gestão pedagógica já é feita pelos nossos diretores e diretoras, com sua equipe, com o apoio da comunidade, através da Associação de Pais e Mestres – APMFs. Então, não precisa pagar alguém para fazer aquilo que já é feito e que não tem custo para o Estado. Portanto, se pagar alguém tirando parte do dinheiro da educação vai reduzir o investimento em educação, e isso não está certo e isso, inclusive, abre margem para o desvio do dinheiro que tem que ser aplicado na educação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença aqui do Vereador de Ibaiti, Beto da Vila, por solicitação do Deputado Moacyr Fadel; e do Vereador Fábio “Balako”, de Sarandi. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Com a palavra Deputada Mabel Canto, pela liderança feminina.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Deputados, Deputadas, todos que nos assistem. Dias de luta e dias de glória. De glória porque, na semana passada, o Governador sancionou o Projeto de Lei que aprovamos, feito pela Bancada Feminina e por outros Deputados, que vai permitir que as mulheres que estiverem viajando nos ônibus, dentro do Estado do Paraná, possam bloquear o assento ao lado para que um homem não sente, e assim evitar os casos de importunação e assédio sexual, que temos visto de forma cotidiana aqui no nosso Estado. Mas, dias de luta, dias de luta. Aliás, as mulheres têm mais dias de luta neste País e hoje foi um deles. Hoje, o Tribunal de Justiça do Paraná julgou inconstitucional uma Lei de minha autoria, uma Lei que foi aprovada por esta Casa em 2019, sancionada pelo Governador, que permitia que a mãe do SUS, a gestante, a parturiente do SUS pudesse fazer a escolha de parto, normal ou cesárea, assim como as mães do sistema suplementar de saúde sempre fizeram. Uma Lei que equiparava a mãe mais simples, a mãe que não tinha condições

financeiras, que é atendida, que faz o pré-natal e faz o seu parto pelo SUS, às mães que podem pagar e escolher a via de parto. Foi meu primeiro Projeto de Lei nesta Casa e eu lembro que no dia em que aprovamos me emocionei muito, porque é a luta de inúmeras mães neste Estado, mães que sofrem violência obstétrica, que são desamparadas pelo sistema, que ficam jogadas nas maternidades e hospitais, sendo obrigadas a fazer um parto normal, que muitas vezes não evolui, que não dá certo, e aí essas mães durante esses quatro anos puderam escolher, puderam optar, assim como as mães que podem pagar. Nunca entramos na questão do que é melhor, do que é pior, do que é mais indicado, do que não é, porque cada mãe, cada mulher é uma, cada parto é um. O que é bom para uma, às vezes não é bom para outra; mas para as mulheres que podem pagar sempre pôde ser bom aquilo que elas escolhiam, mas para a mãe do SUS não. A mãe do SUS tem que ser obrigada a fazer o que alguém acha que ela tem que fazer. E quem entrou com essa ação foi o Ministério Público, foi a Defensoria Pública, aqueles que deveriam proteger as vulneráveis. Essa Lei, Deputada Luciana, foi feita para casos como da Munique. A Munique, há dois meses, lá em Ponta Grossa, entrou em trabalho de parto, e tinha indicação do seu pré-natal para cesariana devido algumas intercorrências. A Munique, durante quase 36 horas, pediu, juntamente com o seu marido e com a sua mãe, para que fosse feita cesariana, mas não fizeram. O Wallace nasceu e, dois dias depois, a Munique morreu por complicações e deixa um bebezinho de três dias, que agora está sendo cuidado pela avó, que ganha R\$ 600,00 de Bolsa Família. É para essas mulheres que a Lei foi feita. A Lei foi discutida aqui no Tribunal. Infelizmente, o Relator não entendeu que a Lei era constitucional, mas quero agradecer aos Desembargadores que votaram a favor. Quero agradecer, primeiramente, ao Desembargador Fagundes Cunha que abriu a divergência, fez um voto técnico. Quero agradecer a Desembargadora Joeci, única mulher que participou do julgamento no Órgão Especial. Dos 25 desembargadores, apenas uma mulher pôde falar sobre a única coisa que nós mulheres podemos fazer que os homens não fazem, uma delas, que é dar à luz. E fez uma defesa, inclusive, relatando seu próprio caso do primeiro parto, onde ela tinha sofrido também

violência obstétrica e foi forçada a fazer um parto normal. Agradeço também os Desembargadores Rogério Nakayama, Jorge de Oliveira Vargas, Domingos Tadeu Ribeiro da Fonseca, Desembargador Fabiano, Luciano Falavinha, Desembargador Francisco Cardoso Oliveira e, também, o Andrei de Oliveira Rech, homens sensíveis, que entenderam o propósito da nossa lei. Entenderam que a mulher tem direito, deve ter autonomia sobre a sua escolha, porque a mulher não está pensando só em si neste momento, ela está pensando é principalmente no seu filho, em ele nascer bem. Aí nessas horas, Deputada Cloara, vejo como é importante termos mais mulheres nos espaços de decisão. Semana passada, recebemos o Grupo Antígona, composto pelas Magistradas aqui do Estado do Paraná, para uma conversa justamente sobre a questão de gênero nos Poderes. Recentemente, o CNJ, preocupado com esse desequilíbrio na cúpula do Judiciário, criou a lista exclusiva de promoção por merecimento para as Magistradas. Não basta só queremos mulheres aqui neste Plenário, Deputada Cristina, na política, porque realmente precisamos, mas precisamos ter essas mulheres lá também nesse espaço de decisão, porque quando os direitos das mulheres são questionados precisamos ter mulheres no Judiciário para fazer a análise. Sim, temos homens que trabalham muito por nós, que nos ajudam todos os dias, mas, ainda, infelizmente, há uma parcela machista, que todo santo dia trabalha contra os nossos direitos. Não posso deixar de agradecer à Assembleia Legislativa. Primeiramente aos Deputados que estiveram comigo em 2019 e aprovaram essa lei. Nunca deixo de agradecer, Deputado Hussein, ao Governador que sancionou essa lei. Quando estive com ele para tratar sobre a lei lá no começo, quando protocolei, ele me disse: *“Não, Mabel, as mulheres vão ter direito aqui no Paraná sim, Vamos aprovar e eu vou sancionar”*. E ele sancionou mesmo com um parecer, na época, desfavorável da Sesa. Quero agradecer, agora, a defesa da Assembleia Legislativa perante o tribunal, através do Procurador Paulo Rosso, que defendeu plenamente esse direito tão importante para nós mulheres. E termino dizendo às mulheres paranaenses: isso não acabou. Vamos ao STF. A Assembleia irá ao STF. Eu irei ao STF para defender e para que possamos manter esse direito. Em São Paulo aconteceu exatamente a

mesma coisa. Tinha uma lei que foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de São Paulo e ela foi reformada no STF, por decisão do Ministro Lewandowski. E tenho certeza que vamos conseguir reverter também. Digo para cada mãezinha deste Estado, para cada avó que vai junto com a sua filha para ganhar o seu netinho, digo para cada pai deste Estado: vamos continuar lutando. Esse é o meu compromisso desde o dia que entrei nesta Assembleia e vai ser o meu compromisso até o dia que estiver aqui. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença da Prefeita de São Jorge d'Oeste, Leila da Rocha, que é a esposa do Deputado Corti, do Vice Vanderlei Trevelin e do Vereador Rodrigo Dalmolin, por solicitação do Deputado Luís Corti. Acabo de receber aqui quatro Mensagens da Defensoria Pública. Farei a leitura rápida das Mensagens. Uma delas: **Ofício n.º 144/2024** do Defensor Público–Geral do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Ordinária (**autuado sob o n.º 383/2024**) que institui o Programa de Residência Técnica no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Outra Mensagem: **Ofício n.º 145/2024** do Defensor Público–Geral do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Ordinária (**autuado sob o n.º 385/2024**) que acrescenta e altera dispositivos da Lei n.º 19.983, de 28 de outubro de 2019, que institui o Regime de Compensação de Horas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Ofício n.º 146/2024** do Defensor Público–Geral do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 384/2024**) que autoriza a Defensoria Pública do Estado do Paraná a transferir recursos para o custeio de despesas do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais. E **Ofício n.º 147/2024** do Defensor Público–Geral do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (**autuado sob o n.º 9/2024**) que acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Próximo orador, Deputado Hussein Bakri, pela Liderança do Governo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero desejar uma semana abençoada a todos e todas. Quero saudar o Vereador de Antônio Olinto, o Ricardinho. Quero saudar aqui o ex-Prefeito Barros, uma referência. Quero saudar o meu pessoal de Mercedes que está ali, a Camila e a família dela. E quero fazer uma saudação à Deputada Mabel. Receba aqui a minha solidariedade, senti a sua emoção, porque quem vive no meio do povo sabe o que acontece com o povo. Acompanhei pela mídia o caso que V.Ex.^a citou aqui, e realmente é algo emocionante. E nos frustramos, às vezes. Tive um Projeto de Lei, um dos primeiros meus aqui, não tinha essa conotação que V.Ex.^a tem, mas o meu era para permitir que cães adestrados, de pequeno porte, pudessem fazer visita nos hospitais, já que comprovadamente eles ajudam na recuperação dos pacientes. Evidentemente que tinha regras: vacinados, pequeno porte, certo horário e tal. E aprovamos aqui, foi uma alegria imensa, começamos ver os casos acontecendo e, lamentavelmente, minha lei foi derrubada no TJ. Esse tipo de acontecimento nos frustra bastante. E o de V.Ex.^a é ainda mais dramático, porque estamos vendo o que aconteceu lá na sua cidade. Receba minha solidariedade e o nosso apoio. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, não passou por ninguém, não passou ao largo, eu quis dizer. Esse final de semana, nosso vice-Governador, lamentavelmente, perdeu sua esposa, depois de uma longa batalha contra o câncer. Uma pessoa fantástica, carinhosa, amorosa, mas preciso contar um fato aqui para vocês entenderem a dimensão disso tudo. Em uma ocasião viajei com o vice-Governador, porque ele substituiu o Governador, e chegamos de viagem de avião quase 11 horas da noite, Presidente. Onze horas da noite descemos no Bacacheri. Sabe o que ele fez, Deputada Cloara? Foi lá no hospital. Saiu do avião e foi no hospital dormir para cuidar da sua esposa. Um homem de oitenta e poucos anos de idade demonstrando um lindo amor. Espero que Deus possa dar a força necessária para ele suportar o que ele vai ter que passar. Senhor Presidente, gostaria de frisar aqui a todos os colegas e pedir o apoio de todos os Deputados, porque vai começar tramitar amanhã na Casa um projeto muito importante, que vai instituir o Fundo Estadual em Infraestrutura Inteligente. E o objetivo é um só: ampliar os investimentos públicos no Paraná. Os

royalties, Sr. Presidente e demais colegas, que possam ser recebidos tanto por Itaipu quanto pela Petrobras – e da Petrobras especificamente de São Mateus do Sul –, farão parte de um Fundo, que será administrado pela Secretaria da Fazenda, vai ser Casa Civil e demais órgãos do Governo. O objetivo é utilizar esses recursos de maneira eficiente para que o Paraná possa fazer frente aos investimentos necessários em infraestrutura. Gostaria também de dizer ao Deputado Tercilio Turini que, junto com o Deputado Cobra e com a Deputada Cloara, me trouxe esse pleito, que vou entrar em contato com o Furiatti, do DER, vou pedir uma máxima atenção nesse caso, porque de fato é preocupante. Ouvi relatos ali e acho que algumas medidas simples e importantes dá para avançar. Quero também me reportar ao Deputado Anibelli. A sua preocupação, Deputado, acho que podemos marcar esta semana uma conversa com o Secretário, para poder avançar em cima desse problema, que realmente tem causado uma série de problemas aqui no Estado do Paraná. Senhor Presidente, demais colegas, quero dizer uma coisa para vocês. Sou um dos caras que mais torce pelo País, mais torce, eu leio muito. Uma das minhas atividades de lazer é leitura. Presidente, leio todos os jornais do Paraná, à noite, e leio, ainda, a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, a *Folha de Londrina*, enfim, todos os jornais do Paraná, a *Tribuna do Norte*, os de Ponta Grossa, é um *hobby* que tenho. Sou formado na área. E quero manifestar minha preocupação com o nosso País. Quero dizer a vocês que não sou profeta do Apocalipse, ave de mau agouro, aqueles caras negativos. Não, não sou, longe disso. Mas estou muito preocupado com a situação política do nosso país. Parece que cada vez que o caminho vai sendo percorrido fica mais difícil a relação do Congresso Nacional com o Governo Federal. Parece-me que não vai ter solução. Estamos assistindo e vendo. Nós aqui às vezes nos enfrentamos, brigamos daqui, briga dali, mas chegamos em um consenso, e você não vê consenso em nada! Nada! Estamos caminhando perigosamente para um momento muito grave no nosso país, e é preciso que as autoridades parem para pensar em relação a isso. Vamos ter um deficit fiscal muito grande, vamos ter muitos problemas no nosso país e é preciso que pense no nosso país, todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro também a presença do Vereador de Antônio Olinto, Ricardinho, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Faço a leitura do Ofício n.º 22.205: *“Cumprimentando cordialmente, tendo em vista o §3.º do art. 71, ambos da Constituição Estadual do Paraná, restituo para os devidos fins o Projeto de Lei n.º 300/2024, de autoria da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Paraná. Governador Carlos Massa Ratinho Júnior”*. Deputado Requião Filho, com a palavra.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, caros colegas, sei que quando subo aqui na tribuna, muitos de vocês perguntam: Qual vai ser a cobrança em cima do Governador, do Juninho? Mas desta vez não tem Juninho, desta vez a cobrança é em cima de nós, Deputados, do Plenário, e mantendo a coerência sempre entre o que falo nos discursos e o que faço como Deputado. Em 2019, quando começou aquela história de *compliance* no Paraná, fiz um apanhado de todas as leis federais e apresentei um código de *compliance* três vezes ou mais duro do que o atual *compliance* do Paraná, que nem artigos tem e acabou virando uma lei morta, um grande teatro. Protocolei nesta Casa a Lei de Dados Abertos, para que qualquer cidadão tivesse acesso a todos os gastos do Governo, como, quando, onde e por que o nosso dinheiro é gasto. Está em alguma das gavetas por aí. Protocolei um Projeto que proibia a contratação de empresas doadoras de campanha pelo Governo do Estado - se o dono doou para a campanha, não pode ter benefícios depois em contratação com o Governo do Estado. Estabelecemos aqui, em nome da transparência e da proteção de dados, o *Dia Estadual da Proteção de Dados Pessoais*. Exigimos a divulgação dos incentivos fiscais para empresas: quanto, como e por que de incentivo fiscal para cada uma das empresas, de maneira a trazer transparência para essa bondade que o Governo faz com o nosso dinheiro. Nós apresentamos um Projeto de Lei que obriga a divulgação de perdão de dívidas pelo Estado, por que a dívida foi perdoada, quanto foi perdoada e o que o Estado ganhou com isso? Porque não soubemos, até hoje, como a dívida do pedágio foi perdoada aqui no Paraná. Nós, em nome da transparência, regulamentamos, através de um Projeto de Lei que ainda não foi sancionado e aprovado, o uso da inteligência artificial pelo Governo. Em nome da

transparência, autorizamos o Governo do Estado a usar essa mesma inteligência artificial para colocar um “*chatbot*”, ou seja, um robzinho na página do Governo, no Portal da Transparência, para que esse robô procurasse e nos trouxesse as informações que pedimos. Neste mês protocolei o acesso total dos Deputados a todos os protocolos, documentos e arquivos digitais do Governo do Estado. Nós, Deputados, com a obrigação de fiscalizar o Governo, não temos acesso a esses documentos, a não ser pela Lei de Acesso à Informação. Pedi também o acesso ao relatório e pareceres do Tribunal de Contas. Colocando os meus atos junto do meu discurso, está protocolado nesta Casa, Sr.^s Deputados – e gostaria da atenção dos senhores, porque o assunto é sério –, uma alteração do Regimento Interno da Casa. E digo para vocês que já protocolei, porque já vi muita gente pedindo assinatura para alteração de Regimento Interno, depois some. É usado para pressionar o Governo. Aqui, não! Está protocolado uma alteração no Regimento da Casa, onde todo aquele que quiser participar da Mesa, ou seja, valendo para as próximas eleições, tem que assinar um termo de compromisso onde ele coloca que não tem nenhum acordo de perseguição penal, cível ou TAC, escondido com o Ministério Público. Porque esta Casa aqui apanhou da imprensa, dos Deputados, de dentro e de fora, por esse assunto e teve muito Deputado fazendo discurso, e quero ver agora se o discurso condiz com a realidade. O Projeto está protocolado, está aberto para coautoria de qualquer um dos Deputados que queira assinar conosco e irá para votação quando a CCJ e o Presidente da Casa assim decidirem. Mas, Deputado que tem acordo de não perseguição penal, cível ou TAC, nos últimos oito anos, de acordo com a própria Lei da Inelegibilidade, onde ficamos proibidos de participar de qualquer uma das nossas funções políticas, o prazo é de oito anos. Igual aqui para a Casa. Quero ver, Deputado Fabio, se todos aqueles que subiram à tribuna para conseguir *likes*, para fazer discursos que agradavam no momento um certo grupo de *WhatsApp* ou um certo grupo das redes sociais têm coragem, agora, de colocar em prática o seu discurso. Está aberto para coautoria de quem quiser. Deputado que esteja sendo investigado ou que tem acordos com o Ministério Público, esses acordos que ninguém fica sabendo, que o Ministério Público esconde tão bem, terá que assinar

um termo dizendo: Não tenho acordo de não persecução penal; não tenho acordo de não persecução cível; não tenho TAC com o Ministério Público nos últimos oito anos. Vamos ver se aqueles que usaram da tribuna para o bem e para o mal, colocam o seu discurso em prática. O Projeto está apresentado e está aberto para coautoria. Era isso, Sr.^s Deputados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (52 Parlamentares);
Deputados ausentes com justificativa: *Marli Paulino (SD), conforme art. 97 § 3.º do Regimento Interno e Denian Couto (PODE), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno (2 Parlamentares).]**

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 377/2024**, da Deputada Marli Paulino, que dispõe sobre a obrigatoriedade por parte dos aeroportos sobre a afixação de placas contendo informações sobre os direitos dos usuários nos casos de atraso e cancelamento de vôos no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 378/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no calendário oficial de Estado do Paraná a Exposição de Astorga, denominada Expoastorga; **Autuado sob o n.º 379/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no calendário oficial do Estado do Paraná a Festa Moto Clube Patriotas de Aço, no município de Astorga; **Autuado sob o n.º 380/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a utilização de peeling de fenol em procedimentos estéticos, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 381/2024**, do Deputado Douglas Fabrício, que concede o título de utilidade pública à Associação Amigos dos Autistas de Campo Mourão – AACM; **Autuado sob o n.º 382/2024**, do Deputado Goura, que dispõe sobre o reconhecimento dos direitos da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu.

Projeto de Resolução: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 2/2024**, do Deputado Requião Filho, que acrescenta o art. 12-A ao anexo único da Resolução n.º 11, de 23 de agosto de 2016, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Registro a presença do Vereador de Almirante Tamandaré, Sr. Pavoni, por solicitação do Deputado Adriano José. Seja bem-vindo.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos três Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 41/2020, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que determina a divulgação de informações de pessoas não identificadas civilmente nas unidades de saúde do Estado.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 858/2023, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que institui o Dia Estadual dos Legendários do Paraná, objetivando a valorização e conscientização do movimento e de seus membros na promoção da superação, do autoconhecimento e da transformação de pessoas através da fé.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 266/2024, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Tercílio Turini, Deputada Maria Victoria e Deputada Marcia Huçulak, que institui o Junho Roxo, mês dedicado à conscientização e à prevenção do Lipedema.

Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 4 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 519/2020, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui a Semana Estadual da Atividade Física no âmbito do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. Substitutivo geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno o Substitutivo Geral aprovado em 2.ª discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo

Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Del. Jacovós, Denian Couto, Gugu Bueno, Luis Corti, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Ney Leprevost e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.** (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Alexandre Amaro.)

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 53/2020, de autoria do Deputado Requião Filho, anexo o Projeto de Lei n.º 21/2023, da Deputada Marcia Huçulak, e os Projetos de Lei n.ºs 30/2023 e 102/2023, do Deputado Thiago Buhner, que dispõe sobre a obrigatoriedade de assinatura física de idoso para contratação de serviços de operação de crédito, firmados por meio eletrônico ou telefônico e torna obrigatória a entrega de material simplificado para facilitar a compreensão de referidos negócios jurídicos. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda de Plenário com parecer favorável da CCJ, na forma da subemenda substitutiva geral. Vamos submeter ao voto a Subemenda Substitutiva Geral. Em discussão a Subemenda. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Pela ordem, Sr. Presidente. Deputado Amaro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Não consegui registrar o meu voto na votação anterior. Registre o meu voto “sim”, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Amaro, devidamente registrado em Ata.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (39 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Denian Couto, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (15 Deputados).*]
Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 53/2020.**

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, meu voto, não estou conseguindo aqui. É “sim”. Não estou conseguindo digitar.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Presidente, o Deputado Guerra também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Flávia Francischini, “sim”. Deputado Guerra, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Presidente, o meu também não abriu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Cristina. São 43 votos.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, Ricardo Arruda, o meu também não entrou. Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Quarenta e quatro votos, com os votos dos Deputados que já se manifestaram. Está aprovada a Subemenda Substitutiva Geral.

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 229/2021, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri e Ana Julia, que dispõe sobre as condições de trabalho das Policiais Científicas, quando gestantes e lactantes. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda substitutiva geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos também submeter ao voto a Subemenda Substitutiva Geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Projeto bem construído. Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.ºs Deputados, por favor, Deputadas, para que não venhamos a registrar em Ata os votos. Deputado Ricardo Arruda, seu voto, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Ney Leprevost, Requião Filho, Soldado**

Adriano José e Tiago Amaral (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda Substitutiva Geral.**

ITEM 7 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 219/2023, de autoria do Deputado Cobra Repórter, anexo o Projeto de Lei n.º 287/2023, da Deputada Marli Paulino, que institui a Semana Estadual de Prevenção Contra a Violência e Promoção de Segurança nas Escolas e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Educação. Substitutivo geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença do Vice-Prefeito de Andirá, Sr. “Pontinho”, por solicitação do Deputado Moacyr Fadel. Estou encerrando a votação, Sr.ª Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Do Carmo, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Nelson Justus, Ney Leprevost, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 8 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 538/2023, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que institui o Circuito de Cicloturismo de Campo Mourão no

Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ, Substitutivo geral da CCJ. Também vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Cristina, por favor, seu voto; Delegado Tito, seu voto; Doutor Antenor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Goura, Gugu Bueno, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 9 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 593/2023, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no calendário oficial do Estado do Paraná a Feira Internacional da Mandioca Fiman. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”. Registrar que a mandioca está muito valorizada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como é, Deputado Hussein?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A mandioca está muito valorizada no mercado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ah, verdade! Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 593/2023.**

Vamos submeter ao voto a Emenda. Em discussão a Emenda. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi,

Artagão Junior, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Goura, Gugu Bueno, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (16 Deputados).]
Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda**.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 183/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 20/2024, que altera dispositivos da Lei n.º 14.431, de 16 de junho de 2004, que institui o fundo de aval garantidor da agricultura familiar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Cobra Repórter, Tiago Amaral, Batatinha, Delegado Tito Barichello, Gilson de Souza, Hussein Bakri. Luiz Cláudio Romanelli e Luiz Fernando Guerra; Emenda de Plenário n.º 2, dos Deputados Mabel Canto, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Ana Júlia, Fábio Oliveira, Goura e Luiz Fernando Guerra.) O Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 583/2023, de autoria da Deputada Cloara Pinheiro, que altera o §4.º do art. 4.º da Lei n.º 20.318, de 10 de setembro de 2020. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença do Vereador de Clevelândia, Preto Loyola, por solicitação do Deputado Guerra. Seja bem-vindo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É um Projeto da Deputada Cloara. Estamos perigosamente com 32 votos. Subiu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Cloara nem encaminhou, Deputado Hussein. Será que é por isso?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só na próxima, ela vai.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Tem que ser na próxima, porque acho que tem um dado que precisa mudar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 583/2023.**

ITEM 12 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 29/2024, de autoria da Deputada Maria Victoria, que denomina Padre Joseir Sversutti a Escola do Centro Estadual de Educação Profissional de Maringá – CEEP, localizada no Jardim Olímpico, no município de Maringá. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Educação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Mabel, por favor, o seu voto; Deputados Arilson e Cristina Silvestri.

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Senhor Presidente, enquanto eles votam, gostaria de anunciar a presença do Vereador Sidney Campos, de Colombo, que está aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Seja bem-vindo o nosso amigo e Vereador Sidney Campos, que veio lá das terras de Dois Vizinhos, para

brilhar em Colombo. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Tercílio Turini e Thiago Buhner (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Ney Leprevost, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 29/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1556/2024, dos Deputados Requião Filho e Ana Júlia, requerendo informações à Secretaria de Estado da Educação (SEED) sobre gastos com publicidade envolvendo o Programa Parceiro da Escola.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para discutir. **Adia-se na forma regimental.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1505/2024, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Dr. Francisco Carlos Nogueira, ocorrido no dia 5 de junho de 2024; **Requerimento n.º 1506/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e o envio de votos de pesar

à família pelo falecimento da Sr.^a Terezinha Battisti Pallaoro, ocorrido no dia 30 de maio; **Requerimento n.º 1507/2024**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para os nomeados relacionados, pelas ações de restauração ambiental e promoção da Biodiversidade Alimentar pelas comunidades locais da Mata Atlântica, realizada “2.^a Jornada da Natureza, semeando vida para enfrentar a crise ambiental”, organizada pelo Movimento Sem Terra do Paraná e Território Indígena Rio das Cobras; **Requerimento n.º 1508/2024**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Cel. Hudson Leôncio Teixeira, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, requerendo medidas para garantir a segurança pública na Praça Abílio de Abreu, no bairro Guabirota, em Curitiba; **Requerimento n.º 1509/2024**, das Deputadas Maria Victória e Mabel Canto, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito de Curitiba, Rafael Greca, requerendo a iluminação do Jardim Botânico na cor amarela, durante o mês de setembro, em virtude da Semana Estadual da valorização da vida e prevenção ao suicídio; **Requerimento n.º 1510/2024**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro de votos de congratulações, com menção honrosa à Senhorita Anita Frizzanco Adão, coroada Miss Teenager Paraná 2024, representando o Brasil no Miss Teenager Universo; **Requerimento n.º 1511/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor aos Agentes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná, da Guarnição de busca e salvamento do 3.º Grupamento de Bombeiros do município de Londrina, Sargento Afonso Arrebola Pereira, Cabo João Carlos Alves Júnior e Cabo Felipe Jammes Valle Teixeira, bem como aos cães farejadores Laika e Acauã, que resgataram, com louvor uma idosa de 82 anos diagnosticada com Alzheimer, desaparecida em um matagal por 15 horas na região de Londrina, no dia 10 de junho de 2024; **Requerimento n.º 1512/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, sugerindo a implantação de duas vagas específicas destinadas para pessoas idosas na rua São Roque, bairro Guabirota, nesta capital; **Requerimento n.º 1516/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de expediente para o Exmo. Secretário do Desenvolvimento Social e Família

do Estado do Paraná, Sr. Rogério Carboni, requerendo informações sobre cadastro de solicitantes do passe livre e do cadastro de pessoas com TEA; **Requerimentos n.ºs 1517, 1542 a 1544, 1547 a 1553, 1557, 1559, 1560, 1562 e 1563/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo providências para: uma revisão das recentes mudanças no tráfego da Rua Professor Joaquim de Matos Barreto e áreas adjacentes, considerando que essas alterações representam uma potencial ameaça à segurança dos estudantes que frequentam escolas da região; manutenção da poda de árvore de grande porte localizada na rua Antonio Lago, n.º 624, bairro Boa Vista; designação de tutores para acompanhar alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola Municipal Desembargador Marçal Justen, no bairro Água Verde; pavimentação asfáltica da rua João Kryzanowski e da rua Raul Kuhn, no bairro Cachoeira - Curitiba/PR; recapeamento asfáltico da rua João Dembinski, no bairro Cidade Industrial de Curitiba - CIC; recapeamento asfáltico da rua Padre Paulo Warkocz, no bairro Cidade Industrial de Curitiba - CIC; recapeamento asfáltico da rua Araguaia, no bairro Capão da Imbuia; instalação da travessia elevada na rua Raposo Tavares, no bairro Pilarzinho; manutenção e zeladoria da região ao longo do córrego na Vila Izabel, no bairro Santa Quitéria; instalação de duas ondulações transversais de trânsito (quebra-molas) na rua Aretuza Machado de Andrade, no bairro Campo de Santana; construção da quadra de esportes coberta da Escola Municipal CEI Professor Adriano Gustavo Carlos Robine, no bairro Fazendinha; solucionar os alagamentos provocados pelas fortes chuvas ao longo do Rio Belém, especialmente na altura da rua Professor Francisco Mendes, no bairro Uberaba; recapeamento asfáltico da rua Visconde de Cairu, no bairro Seminário; contratação ou alocação de mais profissionais (médicos, enfermeiros e atendentes) para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do bairro Tatuquara; recapeamento asfáltico da rua Ferdinando Darif, no bairro Campina do Siqueira; e realização da poda de uma Araucária localizada na rua João Dembinski, n.º 2851, dentro do Condomínio Residencial Pinheiros, no bairro Cidade Industrial - CIC; **Requerimento n.º 1519/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o

registro e o envio de menções honrosas aos participantes da Audiência Pública da Semana do Migrante, que será realizada no dia 19 de junho; **Requerimento n.º 1521/2024**, da Deputada Marli Paulino, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Luiz Carlos Durieux; **Requerimento n.º 1527/2024**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística, requerendo ações emergenciais no Km 10 da PR-170; **Requerimento n.º 1528/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Centro de Tradições Gaúchas Fazenda Rio Grande, em busca de resgatar e manter os verdadeiros hábitos e valores das tradições gaúchas através das famílias e bons costumes; **Requerimentos n.ºs 1530, 1532, 1534 a 1537, 1541/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento dos Sr^s: Léon Lima de Moraes, ocorrido no dia 28 de maio de 2024; Elerian do Rocio Zanetti, ocorrido no dia 1.º de junho de 2024; Nicolau Nogas, ocorrido no dia 6 de junho de 2024; da Sr.^a. Natair Rocha Kleina, ocorrido no dia 29 de maio de 2024; Sr. Osvaldo Luiz Dias Sabino; Marcelo Fonseca Guerra; e do Padre Estevão Vanyo, ocorrido no dia 5 de junho; **Requerimento n.º 1538/2024**, do Deputado Bazana, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Luiz Teobaldo Proença Ribeiro, pelo seu trabalho voluntário como leiloeiro há mais de 40 anos em Siqueira campos e região; **Requerimento n.º 1539/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Altair Parsianello, ocorrido no dia 13 de junho; **Requerimento n.º 1540/2024**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos alunos, professores e demais servidores do Colégio Estadual Nossa Senhora de Lourdes, em Londrina, pelo excelente resultado conquistado na Olimpíada **Requerimento n.º 1545/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de expediente para os Ex.^{mo} Diretor-Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná -Tecpar, Sr. Celso Romero Kloss, no sentido de envidar esforços para a viabilização de um cluster sustentável de empresas focadas em transição energética, economia circular e mercado de carbono; **Requerimento n.º 1546/2024**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o

envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Coronel Fernando Raimundo Schunige, ao Coronel Manoel Vasco de Figueiredo Junior, em reconhecimento à atuação da Defesa Civil do Estado do Paraná e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná na operação de auxílio à Catástrofe Meteorológica do Rio Grande do Sul; **Requerimento n.º 1554/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Estadual da Educação, encaminhando pedido de providências para a manutenção da quadra esportiva do Colégio Estadual Beatriz Faria Ansay, no bairro Tatuquara; **Requerimento n.º 1555/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, encaminhando relato do contribuinte e requerendo providências para garantir os direitos das crianças com o Transtorno do Espectro Autista-TEA; **Requerimento n.º 1558/2024**, dos Deputados Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Arilson Chiorato, Batatinha, Delegado Tito Barichello, Gilberto Ribeiro e Gilson de Souza, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Maria José Piana, ocorrido no dia 16 de junho; **Requerimento n.º 1561/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Sr. Luiz Rodrigo Grochocki, Diretor-Geral da Polícia Científica do Paraná, requerendo providências urgentes no Instituto Médico Legal de Jacarezinho, mediante disponibilização de Peritos Médico-Legistas para atender a demanda da população; **Requerimentos n.ºs 1564 a 1571/2024**, do Deputado Alisson Wandscheer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: Pastor Albrecht Fischer; Pastor Claudionir Diaczuk; Pastor Ozeias Pimenta; Pastor Eder Ramos; Pastor Valdir Cardoso; Presbítero Fabrício Márcio Guarda; Pastor Gilson Samuel Ferreira; e Presbítero Arildo Matias Correa.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1513/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitado o arquivamento do Projeto de Lei n.º 184/2023, de sua autoria; **Requerimento n.º 1514/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, requerendo a inclusão de seu nome como coautor do Projeto de Lei n.º 186/2023, de autoria dos Deputados Maria Victória, Ademar Traiano, Marcel Micheletto, Cristina Silvestri e Tiago Amaral; **Requerimento n.º 1518/2024**, do

Deputado Fábio Oliveira, requerendo a exclusão de seu nome na Frente Parlamentar de Promoção Municipalista, das Associações de Municípios e Consórcios Municipais; **Requerimento n.º 1520/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 23/2021; **Requerimento n.º 1522/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, requerendo a sua inscrição como membro efetivo na Frente Parlamentar da Habitação e Regularização Fundiária; **Requerimento n.º 1523/2024**, dos Deputados Adão Litro, Marcel Micheletto, Maria Victória, Ademar Traiano, Cristina Silvestri e Tiago Amaral, requerendo a inclusão do Deputado Adão Litro como coautor do Projeto de Lei n.º 186/2023; **Requerimento n.º 1531/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 135/2020.

Ao Cerimonial, à Diretoria-Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1526/2024**, dos Deputados Ney Leprevost e Do Carmo, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 8 de julho de 2024, para ouvir o Des. Sigur Roberto Bengtsson, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada); **Requerimento n.º 1515/2024**, do Deputado Márcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 10 de junho de 2024; **Requerimento n.º 1524/2024**, do Deputado Doutor Antenor, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 10 de junho de 2024.

Deferidos conforme o art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1525/2024**, do Deputado Do Carmo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de junho de 2024; **Requerimento n.º 1533/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 11 e 12 de junho de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1529/2024**, da Deputada Marli Paulino, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 10, 11, 17 e 18 de junho de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente sessão, marcando duas outras **Sessões Ordinárias** para o dia de amanhã, à hora regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: 1.ª Sessão Ordinária - 3.ª** Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 53/2020, 229/2021, 219/2023, 538/2023 e 593/2023, **2.ª** Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 583/2023 e 29/2024 e **1.ª** Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 626/2019, 116/2024 e 203/2024; e **Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira - 2.ª** Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 626/2019, 116/2024 e 203/2024 e **1.ª** Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 670/2021, 94/2022, 428/2023 e 28/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h54, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)